

A representatividade de gênero e raça: uma breve análise por intermédio de recurso audiovisual

RESUMO

Helena Maria Ferreira

E-mail: helenaferreira@ufla.br
Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil

Elivan Aparecida Ribeiro

E-mail: elivanribeiro48@hotmail.com
Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil

Táisa Rita Ragi

E-mail: taisaragi@gmail.com
Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil

O presente artigo propõe uma discussão acerca da representatividade de gênero e raça por meio da análise de um gênero multimodal - o documentário, enfocando como a sua inserção no âmbito escolar nas aulas de Língua Portuguesa pode favorecer o encaminhamento de práticas educativas mais dinâmicas e contextualizadas, além de viabilizar a abordagem de temáticas do currículo que, em algumas vezes, são tangenciadas ou negligenciadas em sala de aula. Dessa forma, busca-se analisar como um documentário (CEC- Survivor- Integral Poli 2017), que aborda discursos que representam as narrativas das mulheres, pode contribuir um ensino/aprendizado crítico e para a ampliação de habilidades relacionadas aos múltiplos letramentos. Foi possível constatar que o documentário pode possibilitar a ampliação dos letramentos, seja na dimensão do posicionamento crítico, seja na dimensão da compreensão dos recursos semióticos que constituem uma produção audiovisual. Para além disso, esse tipo de produção pode contribuir para uma formação cidadã, comprometida com a desarticulação de velhos discursos de ódio que ainda persistem nas interações que integram o cotidiano social.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade. Gênero e raça. Documentário. Múltiplos letramentos. Multimodalidade.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, muito se discute acerca da relevância da diversidade, explicitada pela disseminação das tecnologias, que propiciaram o contato com uma multiplicidade de culturas e o acesso às informações sobre diversos temas. Nesse viés, considerando que a cultura comporta caráter distintivo, é importante reiterar que a diversidade é uma importante questão social, pois ela oportuniza o *locus* de representatividade. Assim, vale ressaltar que, mesmo inseridos em um contexto com diferentes modos de acesso às informações, alguns grupos sociais têm se incomodado com o reconhecimento de outros grupos que, ao longo da história das sociedades, foram marginalizados, ou, até mesmo, historicamente e culturalmente violentados, como é o caso de mulheres.

Nesse contexto, o presente artigo busca provocar uma reflexão sobre situações que reforçam a inferiorização das mulheres, de modo especial, das mulheres negras, pois elas pertencem a um grupo cultural, étnico, racial que é subjugado como diferente, ou seja, discriminado. A partir da análise do documentário “CEC- Survivor- Integral Poli 2017”¹ busca-se articular uma reflexão teórica a uma discussão sobre as práticas de ensino, com vistas a uma reflexão acerca de uma formação para participação social mais ética e mais solidária.

Articular as relações étnico-raciais e o preconceito em relação às mulheres e discuti-los em ambiente escolar representa um compromisso ético com uma formação para a cidadania, uma vez que a problematização da diferença social de um grupo em detrimento de outro pode promover deslocamentos que favorecem uma “identidade de pertença” ou de “respeito às diferenças”. Assim, é possível ressignificar as relações sociais e promover um desenvolvimento humano mais condizente com um contexto em que a multiplicidade cultural se afigura.

Nesse contexto, utilizar o gênero documentário pode representar uma possibilidade de inovação pedagógica, na medida em que é possível conciliar diferentes questões que podem qualificar os processos de ensino e de aprendizagem: abordagem de temas transversais, utilização de ferramentas tecnológicas, promoção de interação entre sujeitos do processo educativo, desenvolvimento de diferentes habilidades, diversificação de metodologias.

Assim, o uso de tecnologias pode contextualizar a abordagem dos conteúdos trabalhados, favorecer o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas e propiciar uma aproximação com a realidade dos alunos. Nesse escopo, a abordagem da temática racial pode promover uma ressignificação de currículo considerado como um conjunto de conteúdos, concebendo-o como “uma prática social, que se corporifica em instituições, saberes, normas, relações, valores, modos de ser sujeito”. (CORAZZA, 2001, p. 9-10) Nesse contexto, busca-se criar situações de ensino que favoreça o desenvolvimento do senso crítico, bem como a alteridade e empatia.

DOCUMENTÁRIO: UM RELEVANTE RECURSO MULTIMODAL

Para o embasamento teórico deste capítulo, partimos da concepção de gêneros textuais, uma vez que as atividades cotidianas são consideradas como práticas sociais, as quais ocorrem por meio da linguagem, ou seja, toda interação na sociedade se efetiva por meio de textos, que, por sua vez, são constituídos por diferentes modalidades (oral, escrita e imagética), com seus sistemas sógnicos (cores, imagens, palavras, movimentos etc.). Nesse sentido, Joaquim Dolz e Myriam Abouzaid (2015, p. 7) destacam que os gêneros são “ferramentas semióticas que tornam possível a aprendizagem”. Analisar as semiotes constitutivas dos gêneros pode propiciar a compreensão de que a linguagem se configura como um fenômeno social, que serve para a construção de um projeto de dizer e para promover as interações entre os pares.

O gênero textual documentário é uma produção fílmica, de duração variada, que tem por objetivo apresentar informações acerca de um determinado fato, acontecimento. Sua produção pode variar segundo o projeto de dizer de seus produtores, mas, normalmente, é constituída por meio de narrativas de apresentadores e depoimentos de pessoas que apresentam algum vínculo com a temática do vídeo, com uma seleção de imagens que contribuem para a compreensão do propósito enunciativo.

Fernão Pessoa Ramos (2008 *apud* ÁVILA, 2016, p. 18) considera que o documentário é

[...] uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo. A natureza das imagens-câmera e, principalmente, a dimensão da tomada através da qual as imagens são constituídas determinam a singularidade da narrativa documentária em meio a outros enunciados assertivos, escritos ou falados.

Em face do exposto, é necessário levar em consideração que o documentário requer registros orais, escritos e imagéticos para garantir uma produção articulada à realidade, uma vez que não é ficcional. Ele estabelece “narrativas enunciativas em relação a acontecimentos de um mundo histórico” (RAMOS, 2008, p.163), elemento esse responsável pela distinção entre as narrativas de ficção e não-ficção. Do mesmo modo, o gênero também se configura por meio de diferentes registros semióticos, como: as imagens, as cores, os movimentos, trilha sonora, palavras, entre outros, o que viabiliza a ampliação dos multiletramentos

Nessa perspectiva, o gênero documentário é muito usado para apresentar conteúdos de cunho educativo, científico, policial etc. Para Celso Luiz Figueredo Bodstein (2016), os documentários apresentam construção discursiva sobre um acontecimento e produzem “efeitos de sínteses culturais acerca de quem somos no contexto que herdamos e reconstruímos para asseverar nossa existência”. (p. 1). Esse gênero é visto como uma mídia, que apresenta potencialidades como recurso didático, uma vez que esse tipo de produção propicia o desenvolvimento da sensibilidade, o posicionamento/engajamento crítico e a argumentação em relação à temática abordada, de forma a contribuir para uma formação que permite “entender o lugar de fala de quem produz, seja a história, seja um filme ou o livro didático” (SALES, 2009, p. 6). Nessa direção, além de propiciar o acesso a conteúdos produzidos a partir de pesquisas de diferentes fontes, os

documentários potencializam o desenvolvimento do questionamento crítico, de habilidades interpretativas de diferentes linguagens e o compromisso ético e político com a cidadania.

Thyago Ruzemberg Souza (2011, p. 4) considera que “a formação dessa mentalidade crítica ocasionará uma nova leitura de mundo e dos meios de comunicação audiovisual, interferindo de maneira positiva o cotidiano dos educandos, que provavelmente passarão a desnaturalizar os discursos questionando-os e entendendo a sua produção.” O documentário pode manter uma relação com a realidade, descrever o mundo da experiência coletiva, explicitar o ponto de vista dos produtores, evidenciar escolhas estéticas e estimular uma reflexão sobre o mundo, com isso formar sujeitos críticos.

A QUESTÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO: SER MULHER NA SOCIEDADE ATUAL

O termo “gênero” é empregado em um movimento espiral rico e plural. Esse termo é utilizado como uma referência aos papéis sociais desempenhados pelos cidadãos, sendo eles homens ou mulheres (CARRIAS, 2011). Nesse sentido, Joan Scott (1992) explicita que “era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e grupos sociais. Assim, “gênero” foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual” (SCOTT, 1992, p. 86). Sendo assim, em muitos estudos, o gênero é relegado mais como uma categoria de análise do que como um conceito.

Nesse sentido, é preciso lembrar que não há um conceito unânime para a definição do gênero. Para Eleazar Venâncio Carrias (2011, p. 39)

poderíamos tentar entender o que é gênero a partir do que ele não é. “Gênero” opõe-se a “sexo” e, portanto, não é o conjunto das características biológicas nem são as diversas maneiras de explorar pessoalmente essas características. Também, “gênero” não se refere a papéis sexuais socialmente determinados. [...] E, ainda, o gênero não é uma identidade coletiva presa a sujeitos sociais “homens” ou “mulheres”, muito menos pode ser explicado sob o traço dos comportamentos individuais.

Diante disso, abordar as questões de gênero no ambiente escolar demanda do professor uma formação teórica que possa iluminar as discussões, sob pena de propor um encaminhamento didático pautado em suas próprias convicções. Para Lilian Correia Pessoa, Rodney Pereira e Rodrigo Toletto (2017, p. 28),

Talvez o maior desafio que enfrenta o professor quando lida com questões que se referem a gênero e sexualidade, seja justamente a necessidade de romper com os seus próprios paradigmas, de se colocar num processo contínuo de desconstrução e reconstrução de valores socialmente construídos (muitos dos quais historicamente superados, modificados e sem sentido). A primeira questão sobre gênero e sexualidade com a qual o professor precisa lidar na escola refere-se ao conflito que pode haver entre o seu papel como o profissional que deve garantir o respeito e a compreensão relativos à diversidade de valores, crenças, condições e escolhas de outrem e as suas escolhas pessoais, que não devem ser apregoadas a ninguém, mas aceitas e respeitadas como as de qualquer outra pessoa. Para ser professor e enfrentar os desafios da educação atual, será preciso enfrentar-se a si mesmo.

Nesse sentido, é necessário considerar que há diferentes sistemas de gênero e a relação desses com outras categorias como as de raça, as de e classe social ou as de etnia ocorrem de forma a constituir a vivência como um todo, pois pressupõem as interações das práticas sociais cada uma a suas complexidades, assim como particularidades não se configurando estanques:

O gênero se afigura como categoria relacional não somente porque supõe, compreende e entende homem e mulher em relação, mas também porque relaciona-se com outras categorias e dimensões do real. Assim, tanto como categoria analítica (como construção do pensamento) quanto como processo social (uma relação social que entra em todas as outras atividades e relações sociais e parcialmente as constituem) o gênero é relacional pois envolve processos complexos e instáveis [...] (MAUÉS, 2001, p. 68 - 69).

Nesse sentido, o termo gênero como categoria, é considerado instável, uma vez que não é possível conceituá-lo de maneira a abranger toda a sua representatividade e características que ele comporta. Sendo assim, por meio de suas implicações epistemológicas, é possível realizar um esclarecimento supérfluo ao que diz respeito à questão relacionada ao gênero e corpo, relação que se faz relevante e, é pertinente para o processo de construção da identidade de gênero. Cabe, aqui, ressaltar o posicionamento de Scott (*apud* MAUÉS, 1998, p. 222), que explicita que

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim estabelece significados para essas diferenças corporais. [...] Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos.

Dessa maneira, ao discutirmos acerca do conceito de gênero, visualizamos que não há uma definição específica que dê conta de todas as suas peculiaridades conceituais. Para tanto, as abordagens sobre esse tema tendem a tratar de questões subjacentes a esse conceito. Nesse sentido, merece destaque a questão da discriminação, que diz respeito à distinção feita entre os gêneros masculino e feminino, por intermédio das grandes mídias da sociedade da informação, que contrapõe machismo e feminismo, explicitando uma abordagem sexista, ancorada em problemática social que comporta um discurso impositor, segregador de séculos passados e que ainda é perpetuado em pleno século XXI, qual seja, o discurso de que as mulheres não podem ocupar e desempenhar determinadas funções que competem aos homens. No entanto, embora esses discursos já estejam sendo ressignificados, essa desconstrução depende dos modos de se ler o mundo e suas relações sociais, que exigem novos tipos de letramento.

LETRAMENTOS E AS QUESTÕES DE GÊNERO E DE RAÇA

Com a globalização e com o conseqüente acesso à informação, novas demandas têm sido impostas as nossas interações sociais. Passa a ser necessária uma reflexão sobre os conteúdos que circulam nos meios digitais, com vistas a uma compreensão sobre o tratamento dado às questões de gênero nesses

espaços, uma vez que a forma como somos letrados implica em como “lemos o mundo”, bem como de que modo participamos das práticas discursivas.

Assim, se considerarmos o contexto histórico em que circulam discursos que já vêm arraigados de preconceitos em relação às questões de gênero, herdados do patriarcado e das tradições colonialistas, compreenderemos que a noção de letramentos pode favorecer deslocamentos substanciais nas práticas pedagógicas. Os letramentos problematizam questões relacionadas aos usos sociais da linguagem, considerando as dimensões culturais e as dimensões semióticas que integram os textos/discursos que circulam na sociedade da informação.

Dessa forma, ser letrado possibilita uma atuação social de uma forma mais crítica, pois implica problematizar a “preservação” de hábitos engendrados e/ou perpetuados nas nossas práticas discursivas em relação às minorias, de modo especial, em relação às mulheres. Assim, a depender das experiências vivenciadas, cada sujeito construirá referências e concepções sobre as diferentes questões que integram o cotidiano social.

O conceito de letramentos pode iluminar uma reflexão acerca do trabalho com temáticas sociais nos espaços escolares, tais como gênero e raça. Ao problematizar discursos de discriminação e de preconceito, os alunos poderão compreender que as supostas brincadeiras entre colegas, o compartilhamento de determinados textos em redes sociais, o não questionamento de certos papéis sociais atribuídos às mulheres e às pessoas negras em situações concretas ou na ficção podem (des)(re)velar uma concordância com a perpetuação dessas práticas. Essa perpetuação depende, sobretudo, das diferentes situações discursivas. Assim, uma formação pautada na perspectiva dos letramentos pode favorecer a ampliação dos modos de conceber o mundo e de agir socialmente.

Pensar nas relações de poder implica em refletir acerca das temáticas de gênero e de raça, que hierarquizam determinados grupos em detrimento de outros, tais como negros e mulheres. Além disso, essa problematização poderá servir de empoderamento para grupos que são discriminados, favorecendo um posicionamento de “lugares de pertença”, que culmina no desenvolvimento de identidades e de uma cultura de acolhimento. Esse empoderamento poderá suplantar tendências de comportamentos de normalização/disseminação/aceitação/silenciamento de discursos de discriminação os quais ainda vêm sendo sustentados na contemporaneidade.

Dessa forma, somos instigados a fazer uma reflexão crítica, acerca de possibilidades mais amplas que envolvam a discussão sobre os letramentos como possibilidades para a formação de sujeitos críticos. Assim, conceber práticas de letramento com pressupostos para engajamento politizado, por meio da ruptura com práticas discursivas que definem, desqualificam e descredibilizam a capacidade das mulheres para ocupar determinados espaços sociais.

O LETRAMENTO CRÍTICO: UMA PERSPECTIVA RELACIONADA À QUESTÃO DE GÊNERO E DISCURSO

Na contemporaneidade, tem despontado cada vez mais a necessidade de estudos que se explicitem a importância das práticas de linguagem para um engajamento mais politizado. Por meio da linguagem, é possível investir na

problematização de questões que levam à perpetuação e à disseminação de discursos tidos como “reguladores” e “opressores”, que, por consequência, desencadeiam uma cultura de preconceito. Para Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p. 19), “o preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro”.

Nessa perspectiva das práticas de linguagem, emerge o conceito de letramentos críticos. Walkyria Monte Mór (2013), “o[s] letramento[s] crítico[s] parte[m] da premissa de que a linguagem tem natureza política em função das relações de poder nela presentes”. Assim, se as relações de poder estão ligadas, intrinsecamente, às questões de gênero e de a raça, essas relações se materializam na dimensão discursiva.

Nessa perspectiva, Clarisse Menezes Jordão (2013, p. 357-358) considera que “nas práticas de letramento que entendem a língua como discurso, não se ensina aprende um código, mas sim “discursos” ou “palavras-mundo” construídas pelo uso social da língua, um sistema complexo de produção de sentidos que constrói significados em práticas ideológicas [...]”. Assim, estudar as práticas de linguagem, a partir das escolhas discursivas que nos são impostas historicamente, pode propiciar a formação de sujeitos críticos, uma vez que, segundo Maria Batista Lima e Azoilda Loretto da Trindade (2009, p. 34), “[...] a educação escolar, além de possibilitar o acesso dos seus sujeitos aos códigos escritos, tem a incumbência e a possibilidade de modificar mentalidades, favorecer a construção de uma autonomia crítica e livre de atitudes discriminatórias e de hierarquização predatória.”

Ao articularmos as questões relativas ao gênero e à raça, podemos problematizar as demandas para uma discussão sobre a situação da mulher negra. Essa problematização contempla não somente uma análise das práticas discursivas, mas também uma dimensão política, que envolve escolhas e decisões que podem legitimar ou transformar realidades. Nessa perspectiva, é importante implementar diferentes perspectivas de análise das relações étnico-raciais e de gênero, para a construção de novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades.

Assim, Nilma Lino Gomes (2005, p. 49) postula que

podemos compreender que as raças são na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas.

Complementando o exposto, Elivan Aparecida Ribeiro (2019) destaca a realidade do que aconteceu no passado, com o processo de escravização, ocorrido no Brasil. Nesse contexto, pessoas negras ficaram relegadas culturalmente a uma situação de inferioridade, de maneira que portar a “brancura” traz benefícios, é o “bônus” e, em contraposição, ser negro significa portar a “negrura”, é o malefício, é “ônus” da sociedade brasileira.

Nesse sentido, retomando à problemática de gênero, destacamos que o fato de ser mulher e ser negra pode ampliar ainda mais o preconceito, uma vez que a branquitude pode representar um privilégio. Para Lia Vainer Schucman (2012, p.23), “a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.

Vale ainda ressaltar que a mulher negra possui condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas sociais. Essa situação deve ser objeto de discussão para que sejam implementadas estratégias capazes de recolocar e valorizar o papel delas, como agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação. Neusa Santos Souza (1983, p. 17-18) considera que a construção de uma identidade negra é essencial para a reconfiguração da sociedade. Para a autora, “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Sendo assim, se há “atrasos” nas conquistas para o gênero feminino, nessa caminhada, as “mulheres negras”, com resquícios trazidos do passado de escravização, são as que mais se desdobram para desvincular suas identidades negras de narrativas segregadoras, que as assombram.

Essas narrativas escamoteiam a domesticização e a hipersexualização, bem como a reprodução de discursos nos quais a mulher é extremamente forte, guerreira que suporta a tudo e a todos, e que, por isso, ela foi, ela pode e, ela ainda é violada em função de sua cor e da tradição servil.

Sinalizando para a necessidade de se dar relevância às narrativas como práticas de letramento, Luiz Paulo Moita Lopes (2006, p. 63-64) afirma que:

No processo de construção das identidades sociais, mediado pelo discurso, as narrativas, como formas de organizar o discurso através dos quais agimos no mundo, têm sido entendidas como desempenhando um papel central no modo como aprendemos a construir nossas identidades na vida social. Ou seja, as narrativas são instrumentos que usamos para fazer sentido do mundo a nossa volta e, portanto, de quem somos neste mundo.

Em face do exposto, é necessário considerar que, por meio das narrativas, podemos dismantellar discursos, principalmente, os racistas. Ao colocarmos todo o potencial linguístico e discursivo dessas narrativas, como parte da construção de nossa identidade, de forma crítica, podemos considerar que elas orientam e organizam a nossa capacidade discursiva de agir no mundo, contribuindo para uma (re)significação das relações étnico-raciais e de gênero.

Aparecida de Jesus Ferreira (2017), considera que a leitura de narrativas possibilita o acesso às experiências de outras pessoas e ajuda na compreensão da complexidade das experiências das pessoas sobre identidades sociais de raça e racismo, auxiliando na ampliação de um letramento racial crítico.

Vale ressaltar que a partir das narrativas que problematizam as experiências das pessoas e os discursos étnico-normativos² no que tange às questões raciais, é

possível abordar as vivências de pessoas de identidade negra e mobilizar as pessoas de identidade branca, possibilitando uma articulação entre os saberes do/sobre as relações étnico-raciais e a atuação social. Assim, ser letrado nas questões raciais significa compreender os contextos sócio-histórico-ideológicos, bem como as práticas discursivas relacionadas à construção de identidades de raça. A perspectiva do letramento racial crítico representa uma possibilidade de produção de discursos, efetivamente, emancipatórios.

Nessa direção Marivete Souta (2017) pontua que “o letramento racial crítico permite o aprendizado e a problematização do discurso hegemônico da globalização e os significados antiéticos que não têm respeito à diferença. A escola deve, de maneira crítica, abordar textos e produtos das diversas culturas e mídias para que se desvele suas intenções, finalidades e ideologias” (SOUTA, 2017, p. 87). Destacando o potencial formativo das instituições escolares para a construção de uma sociedade inclusiva, a autora considera que, como uma agência de letramento, a escola representa um espaço propício para a problematização de discursos normatizadores, pois envolve múltiplas identidades raciais e de gênero. Além disso, a autora ainda evidencia a relevância das narrativas para a formulação de outros modos de conceber as identidades, principalmente, as que se enquadram nos grupos marginalizados, contribuindo, assim, para a ampliação de saberes que podem ressignificar as práticas sociais e discursivas.

Articular as questões identitárias e as questões linguístico-discursivas representa a assunção de um posicionamento que as atitudes de preconceitos e de discriminação se concretizam por meio das práticas de linguagem. Formar para a cidadania comporta, então, a ressignificação desses discursos, para promover um compromisso ético com a pluralidade étnica e com as identidades sociais. Nessa direção, dar margem a essas identidades é dar visibilidade para que possam ser notadas, bem como dar lugar de fala.

ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO

O *corpus*, eleito para análise neste artigo, consiste em um documentário criado pelas alunas da Poli-USP, com o objetivo de problematizar questões de gênero e raça. A partir de um recorte de cinco imagens selecionadas, pretendeu-se realizar uma reflexão acerca dos discursos étnico-normativos e de seus efeitos na configuração e na organização das sociedades.

Considerando a perspectiva do letramento racial crítico, propõe-se uma discussão de um gênero que circula em contextos digitais – o documentário – o qual pode representar uma estratégia formativa de significativa relevância, pois podem ser viabilizadas situações de problematização de questões vivenciadas no cotidiano social pelos alunos, que, muitas vezes, são silenciadas ou negligenciadas no contexto das salas de aula.

Desse modo, a análise empreendida elege como objeto de discussão alguns recursos semióticos que contribuem para o processo de produção de sentidos no percurso interpretativo do documentário, o que podem potencializar as contribuições desse gênero para a formação de sujeitos críticos e cidadãos.

Nesse contexto, merece destaque, no processo de produção de sentidos, a trilha sonora, *Survivor*, que é uma canção do *girl group* americano, *Destiny's*

Child, interpretada pela brasileira Clarice Falcão. A canção, que se constituiu como um ícone de referência em relação à temática do gênero, principalmente, o feminino, pois narra uma história de superação e resistência. Dessa maneira, a letra da música é bastante apropriada à encenação/representação ali abordada no vídeo, uma vez que ela apresenta uma consciência crítica em relação à posição social da mulher. Assim, o fato de a produção recuperar questões sociais e históricas de discriminação e preconceitos promove um deslocamento do gênero videoclipe para um documentário, uma vez que retrata várias situações vivenciadas por mulheres que são subjugadas por seus companheiros.

No que tange às representações imagéticas, que são compostas por várias semioses (palavras, imagens de mulheres, objetos, cores, movimentos, gestos, expressões faciais, iluminação, falta de vestuários etc.), a produção constrói uma narrativa, que problematiza os diferentes discursos de discriminação.

Imagem 1: “Preta e engenheira”



Fonte: “CVC- Survivor- IntegralPoli 2017” (2:07)

Na imagem 1, temos uma mulher negra, com a inscrição “Preta”, no peito, “E engenheira”, no braço, compondo a construção discursiva “preta e engenheira”, em que é explicitada uma crítica a um discurso que reproduz uma configuração social de que o acesso a determinadas profissões deve ser restrito a determinados grupos sociais. Nesse contexto, o documentário propõe uma problematização do discurso étnico-normativo. A expressão corporal da personagem se articula com a letra da música e exprime superioridade e resistência frente a esses discursos de discriminação: mulher e negra não atendem às expectativas criadas pela tradição – homem => branco => engenheiro. Podemos destacar, ainda, que a mulher representada na imagem estabelece um contato com os leitores/espectadores do vídeo por meio do seu olhar, causando, assim, uma busca de criação de um vínculo entre os envolvidos, personagem e leitor, bem como uma explicitação de uma posição de enfrentamento (KRESS; van LEEUWEN, 2006).

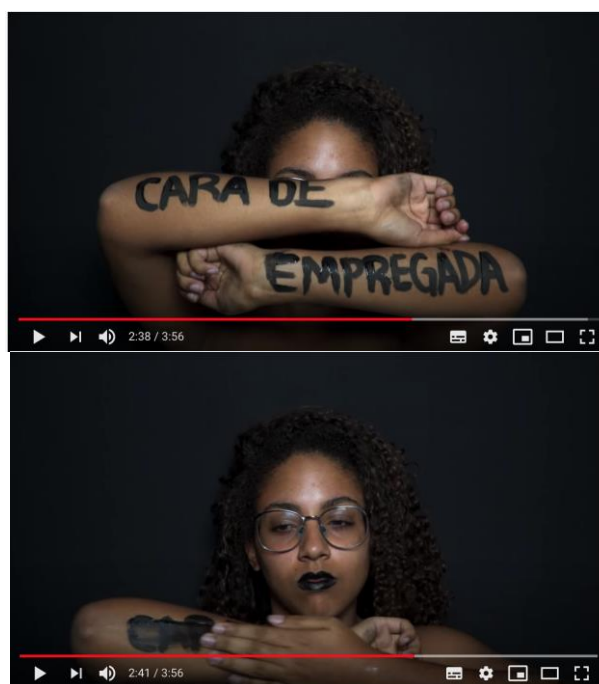
Imagem 2: “Sexo frágil”



Fonte: “CVC- Survivor- IntegralPoli 2017” (2:19)

Na imagem 2, temos uma mulher de identidade branca, com uma inscrição em seu bíceps, “Sexo Frágil”. Nessa direção, é válido ressaltar que o lugar escolhido para o registro da expressão é muito representativo, pois, pressupõe força, que é comumente ligada ao universo masculino. Entretanto, há uma ressignificação ao ser inserida como uma marca do movimento feminista “*We can do it!*” (nós podemos fazer isso!), uma ilustração de *Rosie, the Riveter*, durante a II Guerra Mundial. Nessa direção, a leitura do vídeo pressupõe um certo grau de letramento. Brian Street (1984) afirma que as práticas letradas resultam da cultura, da história e dos discursos que permeiam as situações da vida social dos sujeitos. Complementando o exposto, a escolha do ângulo também indicia sentidos. A perspectiva frontal proporciona maior envolvimento com o observador da imagem, pois personagem e observador estão alinhados no mesmo ângulo de visão, em uma busca por uma relação de empatia. (KRESS, van LEEUWEN, 2006).

Imagem 3: “Cara de empregada”

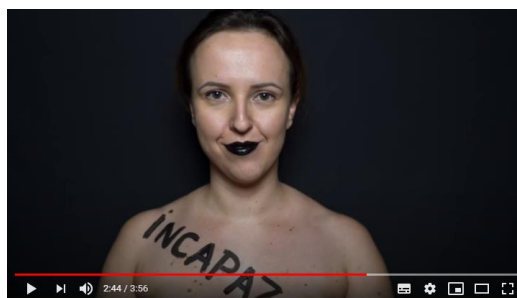


Fonte: “CVC- Survivor- IntegralPoli 2017” (2:38/2:41)

Na imagem 3, o foco incide sobre duas questões: a) a condição servil atribuída à mulher negra, oriunda do período da escravidão e b) o estabelecimento de um padrão de beleza feminino. Assim, o vídeo propõe uma reflexão em relação à ascensão social da mulher negra. Para Raquel Ferreira Sampaio dos Santos (2018, p. 45), “ascender socialmente é algo muito difícil para a mulher negra, são muitos obstáculos a serem superados. O período escravocrata deixou como herança o pensamento popular, em que, elas só servem para trabalhar como domésticas. As que se destacam, tiveram que provar mais vezes do que as mulheres brancas a sua competência”. A posição dos braços também indicia sentidos, o movimento inicia-se de cima para baixo, cobrindo os olhos e a boca, o que pode representar uma mudança de uma posição de silenciamento para uma posição de enfrentamento, é como se os dizeres “cristalizados” pela sociedade que definiam a personagem estivessem sendo renegados. Essa afirmação pode ser confirmada pela cena seguinte, em que a inscrição é apagada como se estivesse sendo construída uma nova narrativa. Para Ferreira (2017), assegurar que as reflexões dessa natureza sejam provocadas ajuda na compreensão das vivências de identidades sociais de raça, bem como dos episódios/discursos em que comportamentos racistas se insistem em persistir nas interações sociais.

Além disso, merece destaque a expressão facial da personagem, que remete uma ideia de desaprovação da situação representada, ou seja, a ação de apagar os dizeres nos remete à ideia de desconstrução/ressignificação do racismo e a luta pela igualdade de gênero e raça, que muitas mulheres negras enfrentam cotidianamente.

Imagem 4: “Incapaz”



Fonte: “CVC- Survivor- IntegralPoli 2017” (2:44)

A imagem 4 representa uma mulher de identidade branca, que tem a palavra “incapaz” escrita em diagonal no peito. Tal termo carrega consigo um discurso de inferioridade intelectual das mulheres. Essa diferença entre homens e mulheres, segundo Simone Beauvoir (*apud* SCHWARZER, 1986), não se relaciona às questões biológicas, ou seja, “a opressão e a exploração das mulheres estão associadas à história, às várias épocas de submissão feminina e a vontade dos homens de tomar o poder.” Por extensão, ainda, há uma cultura de a mulher ser responsável pelas atividades do lar. Nesse sentido, merece destacar que “o trabalho doméstico, não assalariado, de cuidar da casa e apenas criar os filhos não é considerado um trabalho produtivo do ponto de vista econômico, além de ser uma condenação para as mulheres, pois, estas acabam por depender

economicamente de seus maridos”, o que aumenta a submissão a eles e reduz o valor e a dignidade, uma vez que são dependentes financeiramente.

De acordo com Alastair Pennycook (2003), problematizar discursos de forma crítica pressupõe um engajamento ético. O emprego do termo “incapaz” carrega uma carga semântica de subserviência e de inferioridade. Assim, a proposta do vídeo é desconstruir essa narrativa para que a mulher ocupe posições sociais que lhe são de direito como cidadã.

Imagem 5: “Puta”



Fonte: “CVC- Survivor- IntegralPoli 2017” (2:52)

A imagem 5 é composta por uma mulher branca, com a titulação de “puta”, uma palavra de baixo calão, que detona uma qualificação depreciativa. Esse termo demarca, estigmatiza e cria rótulos relacionados à sexualidade da mulher. As movimento das mãos em direção ao pescoço representa a proposta de desnaturalização do pensamento binário em relação à sexualidade feminina, que categoriza e valora as mulheres em duas classes: a “mulher da vida”, “a puta”, aquela que faz uso livre da sua sexualidade e a “mulher dona de casa”, aquela que se utiliza de uma sexualidade doméstica, exercendo com maestria suas funções de esposa e mãe.

Por fim, a produção do vídeo em pauta seleciona uma música como trilha sonora e tece uma narrativa com imagens de mulheres, com um projeto de dizer, que pretende (re)significar os discursos sobre a mulher. Ao fazê-lo, constrói um enredo pautado nos discursos que circulam socialmente, provocando reflexões acerca de estereótipos atribuídos ao gênero feminino. Com isso, espera problematizar situações ofensivas e de violação à integridade feminina como as variadas narrativas evidenciadas no vídeo. Para tal, utiliza vários recursos semióticos, que indiciam sentidos e despertam a atenção dos interlocutores, compondo uma proposta para o enfrentamento dos preconceitos. Assim, a inscrição no corpo representa uma marca indelével, mas, ao demonstrar o “apagamento” dessa inscrição, o documentário propõe a escrita de novas narrativas, que apresentem novos modos de conceber o contexto das relações étnico-raciais e de gênero, marcados pelo respeito, pela alteridade e pela criticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve o propósito de problematizar as relações étnico-raciais e os estudos de gênero, com vistas a compreender as potencialidades de documentários para a formação de sujeitos críticos. De modo mais específico,

buscamos discutir os estereótipos que circulam sobre as mulheres, em especial, de mulheres negras.

Assim, foi proposta uma discussão acerca do conceito de letramento racial crítico, que fundamenta a reflexão acerca das narrativas produzidas pelos diferentes sujeitos em situação de marginalização. Essa perspectiva permite percebermos que uma produção discursiva pode limitar-se apenas a uma das tantas maneiras de formular o mundo, de interpretar o mundo, e de atribuir-lhe sentidos. Nesse sentido, discutir questões relacionadas às discriminações e aos preconceitos demanda iniciativas de inovação pedagógica, que pode ser possibilitada pelo trabalho com diferentes gêneros textuais, com o uso de tecnologias, com a promoção de interações mais participativas, com uma educação voltada para a alteridade.

A análise do documentário proposto representou uma possibilidade de demonstração de estratégias metodológicas para a leitura desse gênero, que abarca questões ligadas ao conteúdo temático, às semioses constitutivas da produção, às produções teóricas que embasam o processo de leitura. Assim, uma formação pautada na perspectiva do letramento racial crítico, o qual pressupõe uma problematização dos discursos normalizadores e reguladores, que se caracterizam como equivocados, agressivos e privadores de condições à participação social e aos direitos humanos.

Soma-se a isso, o importante papel agregador e criativo desempenhado pelo texto multimodal, como é caso do vídeo em questão, que pode integrar a proposta de intervenção metodológica na sala de aula para se discutir a temáticas que exigem reflexão acerca de questões do cotidiano social e um posicionamento crítico em relação a elas. De modo mais preciso, partindo da possibilidade de problematização de narrativas estereotipadas, marcadas pela desigualdade no que se refere às muitas mulheres, é que vai nos ser garantida uma formação comprometida com a cidadania, com a ética e com a justiça social.

Representativeness of gender and race: a brief analysis using audiovisual resources

ABSTRACT

This article proposes a discussion about the representativeness of gender and race through the analysis of a multimodal genre - the documentary, focusing on how its insertion in the school environment in Portuguese language classes can favor the forwarding of more dynamic and contextualized educational practices, in addition to making it possible to approach curriculum themes that are sometimes tangential or neglected in the classroom. Thus, we seek to analyze how a documentary (CEC- Survivor- Integral Poli 2017), which addresses speeches that represent women's narratives, can contribute to critical teaching / learning and to the expansion of skills related to multiple literacies. It was possible to verify that the documentary can enable the expansion of literacies, be it in the dimension of critical positioning, or in the dimension of understanding the semiotic resources that constitute audiovisual production. In addition, this type of production can contribute to a citizen formation, committed to the disarticulation of old hate speeches that still persist in the interactions that integrate the social routine.

KEYWORDS: Representativeness. Gender and race. Documentary. Multiple literacies. Multimodality.

Representatividade de gênero y raza: um breve análisis utilizando recursos audiovisuales

RESUMEN

Este artículo propone una discusión sobre la representatividad del género y la raza a través del análisis de un género multimodal: el documental, centrado en cómo su inserción en el entorno escolar en las clases de lengua portuguesa puede favorecer el envío de prácticas educativas más dinámicas y contextualizadas, Además de hacer posible abordar temas curriculares que a veces son tangenciales o descuidados en el aula. Por lo tanto, buscamos analizar cómo un documental (CEC- Survivor- Integral Poli 2017), que aborda los discursos que representan las narrativas de las mujeres, puede contribuir a la enseñanza / aprendizaje crítico y a la expansión de las habilidades relacionadas con las alfabetizaciones múltiples. Se pudo verificar que el documental puede permitir la expansión de las alfabetizaciones, ya sea en la dimensión de posicionamiento crítico o en la dimensión de comprender los recursos semióticos que constituyen la producción audiovisual. Además, este tipo de producción puede contribuir a una formación ciudadana, comprometida con la desarticulación de viejos discursos de odio que aún persisten en las interacciones que integran lo social cotidiano.

PALABRAS CLAVE: Representatividad. Género y raza. Documental. Alfabetizaciones múltiples. Multimodalidad.

NOTAS

¹O documentário analisado está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOF7Twtovxg>. Trata-se de um trabalho das alunas da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O vídeo foi produzido para uma competição, na Faculdade de Engenharia da USP. O IntegralPoli 2017 tinha a missão de fazer uma versão própria do clipe Survivor, de Clarice Falcão. Para tanto, algumas alunas reuniram-se para a realização dessa tarefa, a fim de elaborar um vídeo que além de interpretar a música solicitada, combatesse ao machismo, preconceito, entre outras questões, que muitas delas enfrentam rotineiramente. A produção tem duração de 3h57min e, toda a sua realização, desde as cenas, elas encenam, bem como contracenam como a equipe editorial foi composta, exclusivamente, por mulheres. As personagens do vídeo utilizam objetos que metaforizam situações de preconceitos e registram em seus corpos xingamentos que ouvem constantemente, provenientes de uma sociedade sexista/machista, e à medida que elas dublam a música, entoada na voz da intérprete Clarice Falcão, essas mulheres vão apagando os “xingamentos” abusivos, como um símbolo de “resistência” ao sexismo/machismo que elas enfrentam. O uso das cores pretas e amarelas representam as cores da engenharia.

²Discursos étnico-normativos são aqueles que constituem as interações orientadas sócio historicamente, salientam as relações de poder, principalmente, no que tange às questões ligadas à raça e etnia. [...] (RIBEIRO, 2019, p. 34).

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Silvana Aparecida Caldas. **O gênero Textual Documentário: uma proposta de construção de cidadania** 2016. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Letras, Juiz de fora, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEEF, 1998.

BODSTEIN, Celso Luiz Figueredo. **A Formação Universitária Do Jornalista É Necessária Para Qualificar As Narrativas Do Cotidiano**. Puc-Campinas, 12 jul. 2016.

CARRIAS, Eleazar Venâncio. **Relações de gênero, subjetividade e construção/constituição de identidade: um caso na educação profissional e tecnológica**. 2011 135 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: BCE UnB.

DOLZ, Joaquim.; ABOUZAIID, Myriam. Pluralidade dos gêneros e singularidades do texto: tensões constitutivas da didática das línguas. **Revista Linha D'Água**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 5-25, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/105440>>. Acesso em: 11 jan. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v28i2p5-25>.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Educação Linguística Crítica e identidades sociais de raça. In: PESSOA, R. R., SILVESTRE, V. P. V., MÓR, W. M. (Orgs.). **Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês**. São Paulo: Pá de Palavra, 2018.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Racismo no Brasil? É coisa da sua cabeça: histórias de racismo e empoderamento no ambiente familiar, escolar e nas relações sociais. Ponta Grossa: **Estúdio Texto**, 2017.

GOMES, Nilma. Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, nº. 10639, v. 3, 2005**.

JORDÃO, Clarisse Menezes. Letramento crítico: complexidade e relativismo em discurso. **Reflexões sobre ensino de línguas e formação de professores no Brasil-Uma homenagem à professora Telma Gimenez**, p. 349–369, 2013.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. Reading images: the grammar of visual design. London: **Routledge**, 2006.

LIMA, Maria Batista; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Africanidades, currículo e formação docente: desafios e possibilidades. In: MELO, M. R.; LIMA, M. B.; LOPES, E. T. (Org.). **Identidades e alteridades: debates e práticas a partir do cotidiano escolar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Por uma linguística aplicada indisciplinar. (Org). São Paulo, SP: **Parábola**, 2006.

MAUÉS, Josenilda Maria. Notas para a Escuta de Memórias Generificadas. In: SANTOS, E. F. et al. (orgs.). **Incursões Didáticas**. Belém: DMTOE/CED/UFGA, 2001.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: **Global**, 2006.

MÓR, Walkyria Monte. **Crítica e Letramentos Críticos: reflexões preliminares**. Campinas: Pontes Editora, p. 31–50, 2013.

PENNYCOOK, Alastair. **O desejo da contingência da prática: discursos sobre/na sala de aula (Língua materna e Língua estrangeira)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

PESSOA, Lilian Correia.; PEREIRA, Rodnei; TOLEDO, Rodrigo. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores. REAe - **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 3. jan./jun. 2017. Disponível em: < https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/4729 >. Acesso em: 02 maio 2020.

RAMOS, Fernão Pessoa. (Org.). **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac, 2008

RIBEIRO, Elivan Aparecida. **“Ela parece a empregada da minha casa”**: a relevância do Letramento Racial Crítico para a formação docente. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras-UFLA, 2019.

SALES, Eric de. O documentário na sala de aula: uma verdade absoluta para o aluno?. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Raquel Ferreira Sampaio dos. **Unindo forças**: reflexões sobre a questão racial na construção identitária no processo de formação docente. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Dissertação (Tese de Doutorado em Psicologia) — Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir hoje**. Trad. José Sanz. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, P. (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SOUTA, Marivete. **"Quando me dei conta de que era negra (o)/branca(o)?"**: um estudo a partir de relatos autobiográficos de estudantes adolescentes. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Ponta Grossa, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. **Refletindo sobre os documentários no ensino de História**. Rio de Janeiro: UFRN, 2011.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Nova York: Cambridge University Press, 1984.

Recebido: 30/04/2020.

Aprovado: 29/09/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n44.12172.

Como citar: FERREIRA, Helena Maria; RIBEIRO, Elivan Aparecida; RAGI, Taísa Rita. A representatividade de gênero e raça: uma breve análise por intermédio de recurso audiovisual. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 17-23, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Taísa Rita Ragi

Rua Doutor Ernani Vilela Lima, 923, Nepomuceno, Minas Gerais, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

